

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discorre sobre movimento pela participação da união com 10% de sua receita bruta corrente em saúde.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda audiência pública em Maravilha para tratar de investimentos na estiagem no estado; comenta o problema de sinal da telefonia celular no interior do estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Refere-se ao problema de sinal de telefonia celular na BR-153.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Comenta o problema de telefonia no Brasil.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda a necessidade de investimentos da agroindústria na área leiteira do estado.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda reunião da comissão de Finanças e Tributação.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Manifesta-se sobre a necessidade de maior proteção e assistência à mulher vítima de violência.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à questão da demarcação de terras indígenas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra evento da Associação Médica Catarinense.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a questão da estiagem.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz um balanço a respeito dos serviços públicos mais essenciais do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à Conferência Estadual para Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à dívida dos estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que faça a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, no dia de ontem à noite realizamos um ato que foi aparentemente modesto, singelo, mas

que se revestiu de uma importância muito grande para a saúde do povo brasileiro, para a saúde do povo de Santa Catarina e para a saúde de cada uma das nossas cidades, que foi o lançamento oficial do movimento por mais verbas para a saúde em Santa Catarina. É um movimento nacional, é uma frente nacional formada por mais de uma centena de entidades que capitaneiam esse movimento através de um projeto de lei de iniciativa popular, que visa reintroduzir no Congresso Nacional o debate sobre o financiamento da saúde.

Então, ontem aqui em Florianópolis, na sede da Associação Catarinense de Medicina, foi realizado esse encontro, com a presença do dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, que é o presidente da Associação Médica Brasileira, que veio de Fortaleza, Ceará, especialmente para este ato aqui em Florianópolis.

Também estavam presentes o dr. Aguiel José Bastian Junior, presidente da Associação Catarinense de Medicina, com outras lideranças importantes do movimento médico brasileiro, representando também a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina. Poderia destacar aqui a presença de importantes colegas médicos, como o dr. Nelson Grisard, o dr. Murilo Capella, o dr. Antônio Silveira Sbissa. Contamos com a presença do secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira e seu secretário adjunto Acélio Casagrande. Além da presença do meu querido companheiro, deputado Jailson Lima, representando o presidente da Casa, Gelson Merisio.

Contamos também com muitas presenças importantes do movimento sindical, do movimento popular, com a representação do Sinte, com a presença do Neodi Giachini, presidente da CUT, Santa Catarina, do meu companheiro Francisco Alano, presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina e muitas outras lideranças.

Tivemos a presença do Ronald dos Santos, do Sindicato dos Farmacêuticos, e do Conselho Nacional de Saúde, o dr. João Cândido, que é o secretário de Assistência Social e que tem toda

uma história de vida como médico, já foi secretário da Saúde, passando também pelo ministério da Saúde, no assessoramento, e que tem toda uma história de vida ligada à construção do Sistema Único de Saúde.

Com muitas presenças importantes foi feito esse lançamento, deputada Ana Paula Lima, na Associação Catarinense de Medicina, e eu fiquei feliz vendo que a Associação Catarinense de Medicina, a Associação Médica Brasileira, muitos colegas médicos estavam presentes abraçando essa causa, abraçando esse movimento que naturalmente se soma, no âmbito nacional, com a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, é um movimento vigoroso que se está deflagrando em todo o Brasil, que nasceu em fevereiro, e que durante todo este ano, no decorrer deste ano, vai colher estas assinaturas.

Por lei, somos obrigados a colher em torno de um 1,4 milhão de assinaturas, mas como disse o presidente da Associação Médica Brasileira, dr. Florentino, vamos querer passar de dois milhões, três milhões ou mais de assinaturas em todo o Brasil, para poder fortalecer esse grande abaixo-assinado que vai, digamos, legitimar o projeto de lei de iniciativa popular e dar entrada no Congresso Nacional ainda neste ano.

O projeto de lei de iniciativa popular estabelece que a união deve participar com 10% da sua receita bruta corrente na Saúde. Para que todos que estão nos acompanhando, inclusive através da TVAL, possam compreender melhor o que significa 10% da receita bruta corrente, poderíamos dizer que são, no mínimo, 10% dos impostos que o Brasil arrecada.

E se for traduzir isso em números, significa acrescentar ao atual orçamento da Saúde mais 30 bilhões por ano. Então, nós defendemos isso. Tenho participado de muitas reuniões com este propósito, até porque a nossa Casa, a Assembleia Legislativa, através da nossa comissão de Saúde, com o apoio de

todos os deputados desta Casa, já está colhendo essas assinaturas há alguns meses, inclusive temos um posto aqui no *hall* de entrada desta Casa, um ponto permanente de coleta de assinaturas.

E essas assinaturas têm que ser qualificadas, contendo o nome e o endereço do cidadão e o número do título de eleitor, porque essa é uma exigência da lei federal que disciplina a possibilidade de projetos de lei de iniciativa popular. Assim como os cidadãos e o município podem apresentar projetos de lei de iniciativa popular na Câmara de Vereadores, desde que estejam subscritos no mínimo 1% do seu eleitorado. Assim, os cidadãos podem apresentar projetos de lei, na Assembleia Legislativa, desde que 1% do eleitorado de cada estado subscreva, e também no âmbito nacional com 1% do eleitorado brasileiro.

O que queremos é mais do que duplicar, triplicar as assinaturas do eleitorado brasileiro para que possamos dar entrada, de uma forma forte e vigorosa, robustecida, no Congresso Nacional, a esse projeto de lei para que a união venha a determinar a sua participação com 10% da sua receita bruta corrente em Saúde e compartilhar esses recursos com os municípios.

O SUS é o maior programa de saúde pública do mundo, nenhum outro país, nem a China tem um programa como este, da envergadura do nosso programa brasileiro SUS. Por isso esse sistema único, com todas as suas prerrogativas, com todos os seus princípios, para que ele possa atender a grande demanda do povo brasileiro precisa de mais e mais recursos.

Precisamos corrigir também os problemas de gestão. Logicamente que em nível de municípios, de estados e federal, muitos dos problemas da saúde são de gestão. Mas estamos vivendo um subfinanciamento da saúde, e isso precisa ser corrigido com mais recursos, seja para corrigir, amanhã ou depois, a tabela do SUS, seja inclusive para implantar com mais agilidade os programas do governo federal, como as redes de atenção de urgência e emergência, as redes de atenção na área psicossocial, as redes da chamada Rede Cegonha, ou

as redes de atenção para as pessoas portadoras de deficiência e assim por diante.

Essa é uma inovação inteligente do ministro Alexandre Padilha que faz uma bela gestão frente à saúde pública brasileira, mas nós não abrimos mão do direito de exigir mais verbas da união para a saúde, por isso esse vigoroso movimento na saúde pública brasileira. E tenho certeza de que os movimentos social, sindical e político de Santa Catarina estarão sintonizados com os demais estados brasileiros para que possamos aqui fazer a nossa parte colhendo centenas de milhares de assinaturas também em nosso estado, podendo contribuir com esse importante movimento nacional.

É um movimento em defesa do SUS, em defesa da saúde pública brasileira e nesse sentido é que conclamo a todos que nos estão acompanhando aqui, como esta Casa já o está fazendo, deputado Antônio Aguiar, a adesão ao movimento nacional por mais verbas na saúde, com um grande abaixo-assinado para legitimar esse projeto de lei de iniciativa popular. E pedir a todos os telespectadores que nos acompanham pela TVAL que assinem este documento e também colham assinaturas para que, num curto espaço de tempo, possamos dar entrada no Congresso Nacional.

Depois virá uma segunda etapa porque assim que adentrar no Congresso Nacional, embora seja um projeto de lei de iniciativa popular, seguirá a tramitação como qualquer outro projeto de lei seja de origem governamental ou de origem parlamentar.

Mas tenho certeza de que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Volnei Morastoni.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão;

cumprimento os srs. deputados e os srs. da imprensa.

Vou dividir o meu tempo, deputada, com o deputado Valter Gallina.

Quero abordar o mesmo tema trazido pelo deputado Volnei Morastoni que sempre vem em defesa da saúde no estado de Santa Catarina, além de ser um profundo conhecedor.

Sabemos das dificuldades que existem nesse setor, deputado Romildo Titon. Nós que somos do meio-oeste de Santa Catarina temos conhecimento da importância desses investimentos na saúde, embora, às vezes, as pessoas que precisam desse atendimento estão longe, têm dificuldades para acessar aquilo que necessitam. Mas tenho tido confiança, e acredito muito no trabalho do nosso governador e também do nosso secretário de Saúde, dr. Dalmo de Oliveira, nesta questão de fazer a saúde ficar mais próxima, deputado Valter Gallina, do nosso cidadão.

Precisamos valorizar a saúde, pois não damos importância quando estamos sadios, somente quando sentimos o problema é que sabemos o quanto a saúde tem valor. Não existe nada que se possa fazer se não tivermos saúde.

Outro assunto que quero abordar no dia de hoje é em relação à audiência pública que a Assembleia Legislativa realizará amanhã, quinta-feira, em Maravilha, juntamente com a secretaria de Finanças, onde vamos tratar dos recursos destinados a investimentos na estiagem no estado, através de uma emenda dos deputados da Assembleia Legislativa a uma proposta do governador de financiamento para se buscar recursos disponíveis, pois o projeto de lei previa investimentos na questão do saneamento e dos alagamentos no vale do Itajaí.

Nós, na Assembleia Legislativa, conseguimos uma emenda que disponibiliza R\$ 70 milhões à estiagem no oeste e no estado de Santa Catarina. Os deputados Mauro de Nadal e Romildo Titon foram membros que assinaram essa emenda aprovada na Assembleia, e amanhã em Maravilha poderá ser discutida.

Tenho defendido o projeto e acho que o governo do estado tem conversado com o secretário da Agricultura, João Rodrigues, sobre termos outro programa em conjunto com o governo federal, com o Banco do Brasil, deputado Antônio Aguiar, acerca de pequenas irrigações para propriedades de até dez hectares para que o agricultor possa ter irrigação dispondo de um investimento, acredito, de não mais do que R\$ 100 mil.

Esse programa dará oportunidade de ajudar o nosso produtor a fazer pastagem, a produzir na pequena propriedade milho para silagem, enfim, de ter uma estrutura para garantir, principalmente, a atividade que ocupa mais de 60% das propriedades que Santa Catarina possui que é a questão do leite.

Parece-me que com esse projeto, com o Banco do Brasil emprestando os recursos, com o programa Juro Zero, com dez anos de prazo, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que tem um profundo conhecimento a respeito da agricultura, o pequeno agricultor terá possibilidade de conseguir água na sua propriedade e fazer uma pequena irrigação.

Não tenho dúvida de que assim estaremos contribuindo para amenizar os prejuízos que a seca tem deixado neste estado. Entendo que um projeto como esse vai ajudar a manter o pequeno agricultor no campo e a termos na agricultura uma rentabilidade melhor, na produção de leite. E também amanhã no final da tarde estaremos em Joaçaba a fim de discutir um importante assunto para nós, do interior do estado, que é a questão da telefonia.

Infelizmente, a telefonia móvel ainda não chegou ao interior. Na região de Concórdia, Irani, Vargem Bonita, Água Doce até Porto União, indo pela BR-153, há quase que zero de sinal de telefone. V.Exas. sabem que nesse trajeto ocorrem muitos assaltos, uma vez que há dificuldade de comunicação com a polícia. O governo do estado tomou algumas providências cedendo instalações da secretaria da Fazenda na divisa de Água Doce e Ibicaré para um posto da Polícia Rodoviária, mas

infelizmente as coisas demoram. Nós sabemos da burocracia, porém a situação está difícil.

E as grandes empresas que dominam esse sistema no estado de Santa Catarina, enxergam apenas a necessidade de instalar a telefonia onde há muitos usuários, para ter bastante lucro, mas onde precisamos da telefonia para atender o agricultor e as pessoas que trafegam nas rodovias, não se tem. Amanhã vamos discutir essa questão na Câmara de Vereadores de Joaçaba, numa proposição dos vereadores, para tentar sensibilizar essas empresas que exploram a telefonia a fim de que possam olhar essas regiões, não apenas buscando o lucro, mas também a segurança e a qualidade de vida dessas pessoas.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, v.exa. tem toda razão. Infelizmente, isso ocorre em Santa Catarina. Ao longo da BR-116 também há pontos sem sinal de qualquer telefonia. O risco está onde não há a empresa que faz a manutenção nas rodovias e que mantém o sinal. Felizmente essas estão colocando um detector de sinal, uma central ao longo da rodovia.

Mas além do que v.exa. comentou, nós temos o corredor do malandro na BR-153, temos um ponto crucial, um ponto muito importante de ser olhado, e eu já tenho reivindicado nesta Casa, é o trecho de Caçador à BR-153, a SC-451. O malandro rouba por ali, é o corredor dos automóveis, sai no sentido ao Paraná, antes de General Carneiro entra no Paraná e vai para Foz do Iguaçu. Esse é o corredor que temos na nossa região da roubalheira de automóveis, tratores, etc.

Então, se tivermos sinal de telefonia, teremos condições de fazer com que diminua, porque a comunicação vai nos ajudar.

Aliás, muito mais importante, deputado Moacir Sopelsa, é o telefone fixo rural, onde hoje também temos deficiência, os bandidos estão invadindo fazendas, estão roubando fazendas porque sabem que não existe comunicação.

Parabéns pelo seu discurso!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado, v.exa. sabe da situação que nós vivemos, inclusive essas regiões fazem divisa com o Paraná e facilitam para aqueles que não têm consciência do bem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo v.exa. pelo tema abordado. Aliás, isso também foi alvo de uma proposição da bancada Progressista, há algum tempo, nesta Casa, através da qual tentamos chamar à responsabilidade para o debate as operadoras de telefonia fixa e móvel em Santa Catarina. Na verdade, o que está faltando são critérios no processo de licitação e abertura para a privatização, aliás, eu sou defensor das PPPs.

Agora, é preciso que haja agências com poder de fiscalização mais eficaz e com critérios e propostas mais específicos.

Por exemplo, a regulamentação dizia que, a partir de 2005, as comunidades acima de 300 mil habitantes teriam que ter a telefonia fixa instalada por todo o Brasil, não somente no estado de Santa Catarina. Mas isso não procede na essência e na prática.

Nós vimos, por exemplo, que na Índia esses buracos negros, como são chamados, onde não há área de cobertura, existe uma tecnologia a um custo baixíssimo. Por que não aplicam esse sistema não somente em Santa Catarina, mas em nível de Brasil? Por essa razão é que eu critico a questão das agências.

A Anatel tem esse papel, esse dever de promover essa ação de fiscalizar com mais veemência, com mais praticidade, sendo mais prática, mais objetiva, para que possamos realmente estender esse atendimento, exigindo o cumprimento da legislação por parte das operadoras, através do governo federal.

Parabenizo v.exa. pelo tema abordado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado, v.exa. está coberto de razão.

Quando o governo do estado privatizou a telefonia, a Anatel tinha o compromisso de fazer a fiscalização e de cobrar investimentos onde não existisse telefonia, onde ela pudesse não dar um lucro tão grande.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelos temas apresentados.

V.Exa. é grande conhecedor da bacia leiteira e dos produtos da agroindústria que agregam valores.

Quero dizer a v.exa. que esse tema é importante e nós, do planalto norte, também necessitamos do investimento da agroindústria na parte leiteira. Percebi o conhecimento de v.exa. falando em juros, falando em financiamento do Banco do Brasil, isso mostra que nós, do planalto norte, também podemos seguir esse rumo.

Parabéns pelo tema e pelo seu conhecimento!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Peço desculpas ao deputado Valter Gallina, com certeza não faltará oportunidade de lhe ceder alguns minutos,

Deputado Antônio Aguiar, quero dizer que o planalto norte é ainda um dos potenciais agrícolas que o estado pode explorar muito. Nessa região, deputada Ana Paula Lima, ainda poderemos aumentar em muito aquilo que temos muita falta em Santa Catarina, que é a produção de soja e milho, pois a topografia e a qualidade do solo oferecem essas condições. Se tivéssemos condições de distribuir a suinocultura, que está tão concentrada em algumas regiões (meio-oeste, oeste, extremo oeste de Santa Catarina), com o planalto norte, não tenho dúvida nenhuma de que cresceríamos no estado de Santa Catarina e a referida região teria outra atividade para um grande crescimento também.

Por isso, às vezes, são necessárias políticas que possam fazer essa distribuição das produções, dando oportunidade a todas as partes do estado, fazendo com que todos possam crescer juntos. Não

tenho dúvida nenhuma de que se o Banco do Brasil oferecer recursos com condições para que os agricultores possam buscar financiamentos e a secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio contribuir com os juros, deputado Reno Caramori, a nossa agricultura sobreviverá, se não tivermos isso...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Moacir Sopelsa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que assistem à TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sra. presidente, faço uso da tribuna até em função da reunião que tivemos na comissão de Finanças e Tributação, onde foi debatido o projeto que adentrou a esta Casa. E tivemos a participação na semana próxima passada do secretário de estado da Fazenda, Nelson Serpa, com o anunciado desses investimentos por sequência da perda da alíquota do ICMS nos portos de Santa Catarina e que nos remete a uma condição de buscar recursos junto ao governo federal, em todos os seus programas, na ordem de aproximadamente R\$ 6 bilhões.

Isso realmente é um fato inédito no estado de Santa Catarina, demonstrando o trabalho e o dever de casa que o governo do estado vem desenvolvendo para poder captar esses recursos, até porque parte desses recursos pouca coisa é a fundo perdido. E a grande monta, com certeza, são recursos que deverão vir em forma de empréstimo através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

Debateremos sobre esse assunto, e está mais ou menos encaminhada junto à comissão de Finanças e Tributação a realização de algumas audiências públicas pelo estado catarinense, inclusive com

uma proposição da deputada Luciane Carminatti para discutir com as entidades organizadas de classe e todos os segmentos da sociedade a melhor forma a aplicação e o destino desses recursos que deverão vir ao nosso estado, na ordem de R\$ 5 a R\$ 6 bilhões.

Esse projeto que adentrou a esta Casa é de R\$ 3 bilhões, com uma carência de quatro anos e aproximadamente 20 anos para pagar, com juros ao redor de 7,9% ao ano na sua totalidade. E precisamos da melhor maneira possível potencializar esses investimentos.

Tive a oportunidade de através da comissão reiterar o valor desses investimentos, para poder aplicar nas mais variadas áreas. São quatro pilares mestres a serem alicerçados, com investimentos na infraestrutura, na área da saúde, na área de segurança e na área social. E as duas áreas mais deprimidas do estado de Santa Catarina estão situadas no planalto serrano e no sul de Santa Catarina, respectivamente na terra do governador e do vice-governador.

Nós precisamos adequar essa situação, sob pena de, se não tiver um planejamento adequado e um investimento com propósito específico nas obras estruturantes, esses recursos se esvaiem pelos rincões deste estado, sem proporcionar na essência a sua potencialidade e o propósito específico a que se propõem esses investimentos.

Seis bilhões de investimentos, se forem bem investidos, deputado Serafim Venzon, poderemos traduzir isso e potencializar em mais de R\$ 50 bilhões. E dependendo da forma como for conduzido e aplicado, poderão representar zero no contexto do cenário econômico do estado. Por essa razão é importante esmiuçarmos esse debate.

Vamos promover esse calendário para discutirmos nas demais regiões do estado de Santa Catarina utilizando o expediente das associações comerciais e industriais e os segmentos técnicos, de engenharia, envolvendo as nossas universidades e as entidades organizadas de classe, juntamente com o governo do estado e a Assembleia

Legislativa, para que possamos fazer a melhor aplicação possível desses investimentos.

Como eu disse anteriormente, é uma monta significativa jamais vista na história de Santa Catarina, que devemos fazer o melhor manuseio possível para a sua aplicação, lembrando que infraestrutura é essencial.

Estamos com as estradas depredadas. Há falta de acessos principalmente para o transporte dos produtos catarinenses aos portos catarinenses, para escoar a produção não só em nível de Brasil, mas internacionalmente falando.

Por essa razão, sra. presidente, refuto da maior importância que devemos cercar toda essa situação com o maior zelo possível, com a maior responsabilidade, ouvindo os segmentos da sociedade, com a participação efetiva do governo, promovendo o debate nas audiências que deverão ser deliberadas, a partir da próxima semana, na comissão de Tributação e Finanças da Assembleia Legislativa.

Tenho dito que a maior concentração de renda está no governo federal, onde ficam os 75% dos recursos. Só nos últimos quatro anos, deputado Jailson Lima, o estado de Santa Catarina contribuiu para com os cofres da União com R\$ 52 bilhões de impostos. Então, nada mais justo do que realmente esses investimentos venham a Santa Catarina, um estado exportador, apesar da sua pequena extensão territorial, que perfaz aproximadamente 1,1% do território nacional, mas que detém 5,6% das exportações neste País, um estado exportador e agregador de valor. E esses recursos, se de forma bem aplicada, com propósito específico, tenho certeza de que promoverão um grande *start* na economia catarinense.

Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Valmir Comin.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, permita-me, antes de iniciar a minha fala na manhã de hoje, cumprimentar v.exa. pelo expressivo resultado da pesquisa Ibope, em Blumenau, o que muito nos orgulha. E o PCdoB fazer parte disso nesta cidade é motivo de orgulho para todos nós.

Gostaríamos de mencionar uma ação conjunta da nossa bancada feminina, presidida pela deputada Ana Paula Lima.

Ontem, concluímos um ciclo de sete encontros regionais, o último foi em Florianópolis, para discutir a questão da violência doméstica contra as mulheres, a violência que atinge as mulheres catarinenses. E foram levantados alguns dados que são de estarrecer todos nós: dos quase 42 mil boletins de ocorrências que a secretaria da Segurança Pública registrou no ano de 2011, em Santa Catarina, 31 mil são vítimas mulheres, ou seja, em 3/4 dos boletins de ocorrências registrados no estado de Santa Catarina as mulheres são vítimas e a maioria em circunstâncias de violência doméstica.

Registramos também que agora, no período de dezembro a março deste ano, o assombroso crescimento dos boletins de ocorrência envolvendo mulheres como vítimas novamente. E, ontem, debruçamo-nos sobre isso, e algumas medidas ficaram muito claras do que nos faz falta.

Os equipamentos públicos que as leis já autorizam que os governos se disponham a fazer infelizmente ainda não obrigam, e o estado de Santa Catarina tem se furtado de fazer, o que tem sido um grande tormento para as mulheres, e é nesse nascedouro que vem a violência contra as mulheres.

Hoje, se uma mulher nos procura, no gabinete da deputada Ana Paula Lima, da deputada Dirce Heiderscheidt, da deputada Luciane Carminatti e no meu gabinete também, relatando violência, não temos para onde encaminhar. Em Florianópolis, por exemplo, não temos casa abrigo para mulheres

vítimas de violência. A capital do estado catarinense não tem uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência.

Hoje, se discute incluir essas mulheres no CREAS, Centro de Referência de Assistência Social, e temos dito que as mulheres vítimas de violência têm que ficar no CRAVI - Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, inclusive para se ter acesso à verba federal sobre isso, sobre esse tema.

Identificamos também que algumas coisas são muito prosaicas, deputada Ana Paula Lima, chega a parecer que necessitam de um confronto maior com a realidade, de tão absurdas que são.

No nosso Hospital Regional, do lado de Florianópolis, só tem uma assistente social que trabalha à tarde. Isso foi relatado ontem na Assembleia Legislativa, e quando uma mulher vítima de violência chega ao Hospital pela manhã ou à noite, ou no final de semana, que estatisticamente é quando mais acontecem as violências, há uma subnotificação, ou seja, essas violências não são notificadas como violências domésticas, elas caem na vala comum das violências, das lesões corporais.

Então, padecemos de sequer ter o diagnóstico do tamanho da violência; o que temos são os boletins de ocorrência, mas não sabemos o tamanho da violência que se quer se expressar nos boletins de ocorrência. E é claro a definição final da política pública é sempre orçamento, e sempre se vê na Coordenadoria da Mulher, no estado de Santa Catarina, o orçamento que não é destinado, que nunca apareceu nessa coordenadoria. Isso mostra o desrespeito pela condição feminina no estado de Santa Catarina.

Ontem, houve relatos emocionados não de mulheres vítimas de violência, mas da delegada da 6ª DP, colocando que não temos delegacia especializada em violência contra mulheres em Santa Catarina. Temos delegacias que põem toda ordem de desgraçados, o jovem infrator, o idoso, a mulher, enfim, todos os que saem do padrão, da heteronormatividade masculina, ficam nessa

delegacia. Portanto, nem delegacia especializada não temos, sra. presidenta.

Então, fica claro para nós que é uma decisão política que precisa ser tomada. Óbvio que não estou falando de um governo, estou fulanizando a discussão. Estou falando de um processo histórico que ainda não interrompemos.

As mulheres em Santa Catarina, a cada 46 minutos, são vítimas de lesão corporal grave. Não estou falando somente de violência, de lesão corporal grave. Precisamos estar atentos a esse assunto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sra. deputada Angela Albino, também meus parabéns ao excelente desempenho que apresentou nas pesquisas do Ibope da capital do estado de Santa Catarina, pois v.exa. está muito na frente dos demais candidatos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, quero somente registrar a presença, neste plenário, do sr. Felipe Pasetto, de Criciúma, liderança do nosso partido e do movimento estudantil.

Nós, na última semana, também tivemos, na eleição do nosso companheiro Diego Ferreira, uma retumbante vitória para o diretório central de estudantes de Palhoça. Mais de mil votos de diferença com a chapa vencedora de Diego Ferreira, sendo que o Felipe tem-nos ajudado muito no movimento estudantil.

Seja bem-vindo à nossa Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Felipe Pasetto, seja muito bem-vindo à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, a questão que trago a esta tribuna no dia de hoje já foi exaustivamente tratada em todos os setores da sociedade, principalmente no norte de Santa Catarina, que é a questão da demarcação de terras indígenas.

Não conseguimos entender o que está por trás disso. Os proprietários de terras indígenas que estão sendo objeto de demarcação vão fazer uma reunião, amanhã, em Araquari. Há uma angústia muito forte por conta dessa demarcação que está sendo feita. Desde o mês de janeiro está em andamento esse processo de demarcação.

Criamos nesta Casa a comissão permanente que trata justamente desse problema nas terras chamadas indígenas. Por isso há essa comissão permanente na Assembleia para tratar desse assunto. Fizemos inúmeras reuniões, estivemos inclusive em reunião com a bancada catarinense em Brasília, onde foram encontradas algumas alternativas. Não foi dada sequência para aquelas tratativas feitas naquela reunião em Brasília, que era formar um bloco de deputados de vários estados, onde existia o problema, para que esses deputados federais, juntamente com deputados estaduais daqueles estados, pudessem, então, fazer uma grande frente para tentar ajudar a solucionar o problema. Mas como aquilo não aconteceu, não prosperou.

Eu sou responsável pela comissão permanente e ao conversar com o padre Luiz Fachini, em Joinville, que é o responsável pelos índices, que trata dos índios, que os leva para o hospital, que leva comida para eles, enfim, é o pai daqueles índios todos da nossa região, ele me falou que sempre foi muito enfático ao afirmar que não é necessária toda aquela gleba de terra, não é necessário "fatiotar" o norte do estado para os índios poderem ter as suas terras.

Em consonância com os próprios índios, entendeu-se que a região denominada Estrada do

Inferninho, que é uma região dentro de Araquari, que pertence ao governo federal, parece-me que é uma área do governo federal, seria a solução para colocar ou para se criar ali uma terra indígena ou se colocar todos os índios da nossa região.

Sugeri ao padre Fachini, há bastante tempo, fazermos um termo de compromisso entre os índios, proprietários de terra e o próprio padre que cuida dos índios, ou uma declaração de que entendiam que um determinado local prestabelecido em Araquari seria suficiente para todos os índios. Então, foi feito esse entendimento sobre o assunto, mas não prosperou. É aquela velha história, passei a bola para eles, fiquei aguardando a resposta, mas não foi adiante.

Agora estamos vendo que o problema está avançando, que essa questão da demarcação de terra voltou e que os pequenos proprietários estão angustiados, porque ali também há grandes proprietários. Mas o problema é com os pequenos, porque se os grandes perderem um pedaço da sua terra não sentirão tanto. Mas há pequenos proprietários que vão perder praticamente sua propriedade inteira, como aqueles que têm criadouros de camarão, eis que muitos não sabem para onde ir se marcarem as terras como estão marcando, e essa coisa está indo adiante.

Então, há uma preocupação muito grande! E vamos convocar uma reunião da comissão permanente que trata desse assunto - um dos membros era a deputada Odete de Jesus que não está mais nesta Casa. Mas temos que refazer essa comissão com novos deputados, para que tome a frente novamente desse assunto.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, pelo assunto que traz a esta Casa.

No oeste de Santa Catarina, na região de Chapecó, também não foi diferente. Lá a polêmica nas demarcações de terras foi grande, porque atingiram propriedades e produtores, em alguns

casos chegando a alcançar um pedaço da cidade. E lá temos terra suficiente para que os índios façam o seu trabalho, a sua cultura, pois ninguém é contra isso, mas não dá para mexer onde há produção, é só uma questão de bom senso. A quantidade de terras para os índios e para a sua cultura no nosso estado é suficiente, isso não é opinião de v.exa. nem minha, mas de toda população. Então, isso está criando uma grande polêmica, e percebemos que os interesses são outros e não o de preservar a cultura indígena.

Parabéns pela colocação e reforço que no oeste essa polêmica também existiu, mas agora está mais calma, graças a Deus.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, gostaria de convocar, mesmo da tribuna, todos os membros da comissão permanente que trata da demarcação de terras indígenas desta Casa para uma reunião na próxima terça-feira, às 17h. Inclusive vou solicitar à assessoria da referida comissão que comunique aos srs. deputados sobre a reunião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PSD.

Consulto seu líder para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não há oradores do PSD que queiram fazer uso da tribuna.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que há parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pelo arquivamento das Medidas Provisórias n.s: 0188/2011 e 0189/2011, de autoria do governo do estado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos aos deputados desta Casa e à deputada Ana Paula Lima, grande liderança do vale, da cidade de Blumenau. E quero parabenizá-la também pelo resultado das pesquisas na cidade de Blumenau.

Venho a esta tribuna - e o deputado Volnei Morastoni já registrou isso, mas vamos reenfatizar - para registrar que ontem, na Associação Médica Catarinense, houve um evento brilhante com a presença do presidente da Associação Médica Brasileira, do presidente da OAB e de representantes da CUT e de diversas centrais sindicais para que a Frente Parlamentar da Saúde deste Parlamento insira-se também na campanha nacional que vamos fazer para apresentar um projeto popular no ano que vem, em Brasília, de origem popular, para a ampliação dos recursos do governo federal na saúde.

Queremos retomar o debate da Emenda n. 29 para que venhamos a garantir no futuro no mínimo 10% do Orçamento da União para investimentos em saúde.

Então, quero parabenizar o dr. Aguel José Bastian Junior, presidente da Associação Catarinense de Medicina, e o deputado dr. Volnei Morastoni, que na comissão de Saúde desta Assembleia, com certeza, está fazendo o levantamento mais brilhante deste país e do estado na área da saúde. E como o tema é saúde, logicamente que aqui eu tenho que retomar o debate sobre Santa Catarina.

Saiu no jornal *A Cidade* desta semana, em Rio do Sul, que faz nove meses que o governo do estado não repassa os recursos do convênio que tem com o Hospital Regional Alto Vale, que tem 20 leitos de UTI, dez leitos de cirurgias cardíacas e dez leitos de UTI geral. E os leitos da UTI pediátrica, principal hospital de referência do alto vale e o principal hospital do trajeto da BR-470 no trecho que vai de Lages a Blumenau, atendendo a toda a demanda, está há nove meses sem repasse, segundo o presidente da Fusavi, dr. Giovani Nascimento.

Deputado Dirceu Dresch, estamos colocando isso porque são ao todo R\$ 3,6 milhões que deixaram de ser repassados. Segundo o presidente, uma das primeiras parcelas que já foram assinadas e empenhadas para não sei daqui a quanto tempo, que é de R\$ 1,7 milhão da soma, ainda não foram repassadas. E falta mais R\$ 1,8 milhão, coisa que durante o governo Luiz Henrique basicamente não havia.

E quando olhamos que o prefeito da cidade de Rio do Sul é do partido do governador, é o garoto de ouro do governador do alto vale, vamos assim dizer, o prefeito Milton Hobus... "Prefeito, v.exa. que foi presidente daquele hospital e que os empresários salvariam..." São R\$ 3,6 milhões! E não sou eu quem está dizendo, e sim o jornal *A Cidade*. E o presidente do hospital, hoje, que trabalha - é o procurador jurídico da Câmara -, dá uma brilhante entrevista.

Esta semana, deputado Dirceu Dresch, a Câmara de Vereadores fez uma moção, a ser encaminhada ao governador e ao secretário da Saúde, pedindo que repassem recursos porque senão daqui a pouco o hospital não estará mais atendendo o que deve atender.

Ao mesmo tempo, antes de passar a palavra ao deputado Dirceu Dresch, ontem me procurou um cidadão de Chapecó, chamado Marcos Luiz, que num azar da vida acabou consumindo uma manga contaminada com soda cáustica. E a soda cáustica faz uma coisa chamada estenose cáustica, que é a fibrose do esôfago, que fecha, e ele não consegue mais ingerir alimento.

Ele procurou o serviço público de saúde do estado, lá em Chapecó, mas não teve atendimento. Então, foi a uma emergência e gastou R\$ 1.700 para fazer uma dilatação, numa clínica particular. Isso é semanal. Agora teve que fazer uma segunda dilatação. Até que o Marcos Luiz foi encaminhado para Florianópolis, para o hospital Celso Ramos, com estenose cáustica do esôfago superior.

Deputada Ana Paula Lima, sabe o que disseram e o que deram para ele no hospital Celso Ramos? Está aqui o encaminhamento. Não têm condições de

atender por falta de um dilatador de *savary*, que é uma sonda que se introduz no esôfago para fazer uma expansão, uma dilatação do canal da comida, para quem não sabe o que é o esôfago. Aí encaminharam ao serviço do Hospital Universitário que atende a todo o estado.

Falta um dilatadorzinho que não custa mais do que R\$ 50 mil.

Os maiores acidentes que se tem de fibrose cáustica, por soda cáustica, é em crianças. E esse cidadão de Chapecó, um agricultor, chega no Celso Ramos, que é referência no estado, mas não tem profissional para atender e não tem a sonda de *savary* para fazer a dilatação do esôfago.

O cidadão já gastou três vezes R\$ 1.700. Essa semana teria que fazer a outra, e disse-me que iria pegar empréstimo bancário para fazer o próximo, pois tem que fazer o atendimento sequencial.

Não dá para dizer que isso está sendo resolvido.

Temos 80 leitos fechados no hospital infantil. Hoje pela manhã o presidente da AMB foi dar uma entrevista no *Bom Dia Santa Catarina*, e mostraram um cidadão sendo entubado no corredor de um hospital por falta de estrutura em plena Santa Catarina. Até quando isso, meu Deus do céu?

Mas quero passar a palavra ao deputado Dirceu Dresch, tendo em vista que o paciente que me procurou é de Chapecó, que coincidentemente sabe que a gente é médico.

Ainda escrevem: "Por falta de dilatador de *savary* e de profissional para fazer". Isso é o caos na saúde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizar v.exa. e dizer que de fato precisamos trazer essa situação da saúde de Santa Catarina a esta Casa. Nós precisamos aqui exigir providências.

Também acabei a reportagem hoje pela manhã sobre a situação de Joinville, a falta de médicos. Temos concurso aberto para chamar médicos e não se chama. E já comentam que vão passar hospitais de Joinville para organizações sociais.

Isso precisa ser resolvido, pois é lamentável essa situação que se vive na saúde pública de Santa Catarina, como é o caso dessa pessoa que v.exa. citou, que precisou de apoio e não teve.

Esse é um desafio que se tem pela frente, e nós cobramos, pois na campanha do governador a saúde foi uma das prioridades. Agora não se vê isso, pelo contrário, está-se passando para a iniciativa privada, para as organizações sociais cuidar da saúde de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Esperamos a sensibilidade do governador, a proatividade do prefeito de Rio do Sul que disse que não iria faltar dinheiro para os hospitais, para que repasse o dinheiro para o hospital regional.

Tendo em vista a moção da Câmara de Vereadores e a entrevista ao *Jornal da Cidade*, muito bem qualificada aqui, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que em São Paulo agora o seu partidos é nosso camarada...

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente Ana Paula Lima, que neste momento conduz esta sessão, gostaria de cumprimentá-la e cumprimentar todos os deputados, todas as deputadas, todos que nos acompanham.

Venho a esta tribuna, no dia de hoje, para falar sobre as três audiências públicas que realizaremos a partir do dia de amanhã, no município de Maravilha, dia 28 em Videira e dia 05 de julho em Xanxerê.

Existe preocupação com a situação do oeste relacionada à problemática da estiagem. Então, propomos um debate. E após uma semana o deputado Marcos Vieira fez uma proposição pela comissão de Finanças para a realização de audiência pública com as duas comissões debatendo um investimento do estado, com recursos do financiamento do BNDES, em 60 milhões, nas regiões atingidas pela estiagem.

Propomos a realização de audiências públicas, porque precisamos necessariamente envolver a sociedade, deputado Daniel Tozzo, para trazer ideias, sugestões, pois vivemos momentos muito difíceis, em que o agricultor perde a sua produção, a sua safra, tem uma redução na produção de leite, problema no fornecimento de água para os animais, risco de frigoríficos pararem, dispensa de empregados, e a economia dos municípios, do estado, do Brasil, também sofre com isso.

Então, é importante ouvir a sociedade catarinense, o que de fato se vai fazer. Até propus que não se discuta somente a questão emergencial, mas que se pense em políticas a longo prazo, porque certamente, pelo que vivemos principalmente nesses últimos anos, com a frequência de estiagem na região, teremos outras estiagens.

Esperamos que os prefeitos, as entidades da sociedade, os agricultores, principalmente o conjunto da sociedade... Porque a estiagem não é só um problema no meio rural, ela é um problema grave também nas cidades que ficaram sem água para o abastecimento humano. Então, a população também contribui nesse debate, e convido todos os deputados para estarem presentes nessas audiências públicas.

A expectativa é extremamente positiva nessa discussão. E precisamos olhar para os recursos que temos neste momento, para as previsões que se tem de liberação de recursos para frente.

Estamos esperando a liberação de mais dez milhões para a perfuração de poços artesianos, recursos do ministério da Integração, que também pode ser uma política preventiva.

Entendemos que a questão dos poços artesianos tem que ser a última etapa do processo que buscamos como estratégia para a preservação das nossas fontes, das nossas APPs, para a recuperação das APPs e outras formas de amenizar os impactos e construir uma política preventiva, com investimentos preventivos na área, para amenizar os impactos da estiagem.

Então, sra. presidente, estamos convidando toda a sociedade catarinense, principalmente oestina, para acompanhar essa discussão e propondo políticas estratégicas de desenvolvimento, de sustentabilidade, para o futuro da região.

Agora também queremos por outro lado dialogar no sentido de que, além desse anúncio de um recurso do BNDS que vai para a região, em investimentos, precisamos que o estado faça também a sua parte com orçamentos e com políticas na questão da estiagem.

Infelizmente tivemos um anúncio do secretário da Agricultura, numa política de encaminhamento de doação de sementes para o replantio, anunciado amplamente na imprensa regional, que não está acontecendo e pelas informações não irá acontecer. O secretário da Agricultura João Rodrigues fez o anúncio e não está cumprindo o que foi assumido com os agricultores familiares.

O estado do Rio Grande do Sul tem investimentos para a agricultura, mas não vimos isso aqui em nosso estado. Por exemplo, aquele governo criou um programa de bolsa estiagem para 120 mil famílias, investindo R\$ 45 milhões, com R\$ 400,00 por família, para ajudar na agricultura. Infelizmente, não tivemos nada de investimento nesse sentido; e foi uma reivindicação das organizações da agricultura familiar ter também esse auxílio aos que perderam sua safra. Mesmo sendo um valor pequeno, como no caso do Rio Grande do Sul, com R\$ 400,00 por família, mas sempre ajuda.

Além disso, temos uma ajuda financeira na questão das sementes, no Rio Grande do Sul, que anistiou 100% do Programa Troca-Troca para os agricultores familiares, tem também a questão de um programa de investimento e financiamento do estado que teve a anistia da prestação deste ano. E o estado de Santa Catarina apenas anunciou um rebate de 50% do Troca-Troca que dá em torno de R\$ 32,00 o saquinho de milho.

Srs. deputados, vamos continuar insistindo que o estado de Santa Catarina tem um grande potencial

econômico na agricultura e na agricultura familiar. E na questão social temos o compromisso de manter esses agricultores na terra, principalmente numa questão estratégica de mantê-los produzindo alimentos para o Brasil e para o mundo.

Então, continuaremos cobrando que o estado, no momento de crise ou de enchentes que seja, precisa apoiar mais a nossa agricultura familiar. Até queremos saber quanto o estado de fato investiu, deputado Sargento Amauri Soares, que recursos do Tesouro catarinense tem para apoio aos municípios e aos agricultores atingidos.

Precisamos e queremos saber por que o estado recebeu R\$ 10 milhões da União e, pelo que nos consta, ele investiu esse valor dizendo que é de si próprio o recurso. Vamos encaminhar, inclusive, um pedido de informação, porque a sociedade catarinense e este Parlamento precisam saber quanto o estado investiu para amenizar os impactos da nossa estiagem. No meu entendimento é muito pouco, precisa investir mais, se não for no momento do acontecido, terá que ser em política de prevenção.

Este é o grande desafio que temos pela frente, o grande debate que temos que fazer com o agricultor familiar, com o sindicalista e a grande cobrança das organizações, pois da pauta entregue até agora nada foi encaminhado daquilo que os agricultores reivindicaram, tanto na questão de políticas emergenciais quanto nas políticas de estratégia para o futuro de nosso estado.

Muito obrigado sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, quem nos acompanha na manhã desta quarta-feira neste Parlamento ou pela TVAL e Rádio Digital, quero fazer um pequeno balanço a respeito dos serviços públicos mais essenciais do estado de Santa

Catarina, até para dar continuidade e alguma reflexão em relação às audiências públicas que temos feito, especialmente da comissão de Segurança Pública.

Na questão de segurança pública, vou repetir aqui literalmente o que tenho falado e explicar, se houver necessidade, o governo Raimundo Colombo tem-nos surpreendido, principalmente este parlamentar, positivamente no sentido de que tem investido mais recursos para a contratação de pessoal e aparelhamento, como a aquisição de viaturas etc., evidentemente que também com recursos do governo federal. Mas avaliava, deputado Valmir Comin, que não teríamos a possibilidade desses avanços em termos de contratação de efetivo no governo de Raimundo Colombo. Se me perguntassem isso há dois anos, eu diria diferente.

Então, sou cautelosamente otimista com relação ao futuro na segurança do estado de Santa Catarina. Creio que já alcançamos o fundo do poço e se mantivermos esse horizonte, essa direção, esse índice de investimento e de contratações anuais, o que é difícil, srs. deputados, pelo período de dez anos, voltaremos a ter uma situação de maior estabilidade e de sensação de segurança, porque teremos mais segurança efetivamente. Não pode existir sensação de segurança onde não existe segurança de fato.

Então, é a segurança de fato, é a existência de estrutura e condições para realizar a segurança pública que pode proporcionar a sensação. Ficamos muitos anos falando em criar sensação de segurança, mas não dá para criar no vazio, porque onde há uma onda de assaltos, o tráfico de drogas e o consumo público de drogas permeia roubos, furtos de toda ordem e evidentemente a sensação de segurança vai para o espaço, e imediatamente não teria um milagre que se possa fazer.

No quesito saúde pública e educação pública não existe melhora no governo Raimundo Colombo, pelo contrário, em nossa avaliação a situação está cada vez pior. E na saúde pública, conforme falado aqui por vários deputados, e há pouco pelo

deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, é um plano de desestabilização do serviço público e das instituições públicas de saúde, dos hospitais públicos, dos estabelecimentos públicos.

Há um objetivo político orientado e determinado que é justamente não investir na contratação de pessoal para o serviço público da saúde, não investir no aumento da estrutura das condições de funcionamento dessa aparelhagem para a saúde pública que existe no estado, com o objetivo político e estratégico de transferir esse patrimônio, esses estabelecimentos, toda essa estrutura, para a iniciativa privada, na forma de organizações sociais que aparecem muitas vezes como bons samaritanos, mas que têm como objetivo recolher recursos públicos para administrar aquilo que é público e que deveria ser administrado de forma pública pelo poder público.

Deputado Kennedy Nunes, nos diversos hospitais de Santa Catarina, inclusive no Regional de Joinville, há um plano de transferir para a iniciativa privada e cessar a contratação de servidores públicos para a saúde, o que coloca a categoria dos trabalhadores da saúde pública do estado em extinção.

Na educação o governo está fazendo um esforço para fazer o mínimo legal necessário com dificuldades. Metade dos professores que está em sala de aula no estado de Santa Catarina é admitida em caráter temporário, os chamados ACTs. São contratados em fevereiro ou março e são desempregados em dezembro. Portanto, passam o Natal e o Ano-Novo desempregados a metade dos professores e professoras que estão em sala de aula neste momento educando as futuras gerações do estado de Santa Catarina. E isso já indica a prioridade que o governo tem para com a educação pública.

Quero fazer o registro dessa avaliação, ou seja, de que na educação o governo vai mal. Ele, de forma planejada, gasta o mínimo necessário, não faz concurso, mantém assim e a cada ano admite mais professores em caráter temporário. Até para os próximos períodos é para esses contratos não

serem nem de um ano e sim de um semestre, o que acarreta em um aviltamento das condições de trabalho do Magistério catarinense. Porque o servidor admitido em caráter temporário não pode nada, não pode nem pensar em qualquer forma de crítica com relação à política do estado.

Falando de aviltamento das condições de trabalho na educação pública, também na saúde há extinção dos concursos públicos, insuficiência de servidores em todos os estabelecimentos de saúde deste estado, e não há perspectiva de contratação e sim de transferência para a iniciativa privada quanto à gestão desses estabelecimentos.

Evidentemente, por pressão que houve da sociedade catarinense e principalmente pelo processo eleitoral, o governo de Raimundo Colombo tem fortalecido a segurança pública. As medidas de salário, de carreira, também têm melhorado, embora num ritmo muito lento, principalmente no que diz respeito ao salário, mas houve a anistia para aqueles punidos em virtude do movimento de 2008. Com relação à carreira, tem andado um pouco melhor do que estava nos anos anteriores. Mas na questão salarial a incorporação dos abonos em dois anos deixa todos no desespero, e a expectativa é agora e já.

Qual será o índice de reposição anual que o governo encaminhará para essa Assembleia Legislativa neste ano, para valer a partir de janeiro 2013? Essa é a inquietação da questão salarial para todos os servidores e não apenas para os da área de segurança pública.

Nas últimas semanas, tivemos aqui a presença de estudantes secundaristas deste estado reivindicando ou protestando contra o fato de que o governo do estado estaria suspendendo a realização do curso pré-vestibular da UFSC, ou melhor, que o governo cessaria de contribuir financeiramente, de ajudar a financiar esse cursinho, organizado pela universidade desde 2003, que desde 2008 vinha tendo aporte do governo do estado.

Isso fez crescer bastante o curso para 29 cidades de todas as regiões. E no ano passado

contemplou 3.100 estudantes, de um total de 14.000 que se inscreveram, oriundos de escolas públicas.

Os estudantes estiveram aqui. Houve protestos, debates. Na semana passada, a comissão de educação ouviu os estudantes em massa, debateu o assunto, encaminhou ofício ao palácio do governo, pedindo a imediata renovação do contrato entre o governo, a secretaria da Educação e a reitoria da UFSC, para a viabilização do curso. Apelou-se para a sensibilidade do governo do estado com relação a esse assunto. Felizmente, na última segunda-feira, o governador reuniu-se com a reitora e com os representantes dos estudantes e dos pais e resolveu a questão para este ano.

Então, quero parabenizar os estudantes que se mobilizaram, buscando apoio da sociedade e deste Poder instituído, e todos que contribuíram para o esclarecimento dessa questão. Não temos como não reconhecer que o governo tomou a medida política e socialmente correta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero de forma muito carinhosa, muito especial, saudar todos aqueles que têm alguma deficiência física e que se superam compensando, utilizando, potencializando outras formas, outro elemento do organismo, para se superarem e vencerem as dificuldades.

Quero dirigir uma saudação muito especial ao secretário estadual da Assistência Social, João Cândido, ao diretor-geral Eleudemar Ferreira Rodrigues; quero cumprimentar o presidente do conselho estadual dos direitos dos que têm alguma deficiência física, sr. Laércio Ventura, o secretário executivo Alexandre Bellino, que juntamente com o Conselho Estadual dos Portadores de Deficiência está organizando uma Conferência Estadual para Defesa dos Direitos das Pessoas com

Deficiência, que acontecerá hoje à noite, no hotel Praia Brava, que tem a capacidade de atender a um grande número de pessoas.

Essa conferência terá várias etapas de discussão, com a finalidade de discutir entre os representantes do poder público de todos os municípios onde tem o conselho, inclusive do estado, e os representantes da sociedade, que a princípio são portadores de alguma deficiência, e que dessa discussão se examine o que está sendo feito, o que a sociedade catarinense está fazendo para melhorar o acesso, para melhorar a qualidade de vida daqueles que têm alguma deficiência.

Temos um percentual muito grande de pessoas com deficiência, que merecem um carinho especial de toda a sociedade, justamente para não perderem a oportunidade de ter uma qualidade de vida melhor. Passa de 10%, sem contar os deficientes visuais, por exemplo, que são facilmente corrigíveis com o uso óculos e de lentes.

Então, eu queria ao saudá-los chamar a atenção de que, infelizmente, as pessoas que precisam, que têm alguma deficiência, ainda têm muita dificuldade de ter acesso àquilo que está escrito nos seus direitos.

Eu, particularmente, lembro-me que na campanha de 2010, nas caminhadas, nas visitas que fiz, pelo menos quatro pessoas me pediram que intercedesse e apoiasse para que eles adquirissem uma perna mecânica.

Como é importante a perna mecânica para aquele que a perdeu. Longe de cumprir a tarefa de uma perna normal. Ela é até desconfortável, mas muito melhor do que não tê-la ou muito melhor do que ter que usar a muleta. A perna mecânica é um equipamento extremamente importante para melhorar a qualidade de vida, para ter acesso à vida comum, para diminuir o constrangimento e melhorar a autoestima, enfim, é um conjunto de resultados.

Portanto, passou 2010, 2011 e já está passando 2012, e tenho a notícia de que ainda não consegui encaminhar para ele a perna mecânica. Assim, disse a ele que pelo menos tem um deputado para reclamar.

Todos os outros, um grande número de pessoas com deficiência que precisam da perna mecânica e não a conseguem...

Esses equipamentos precisam ser feitos de material resistente, ao mesmo tempo leve, para permitir que tenha mobilidade e que cumpra a função semelhante a de uma perna normal. Infelizmente, apesar do esforço que temos feito junto com a secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e com o Centro de Educação e Reabilitação, da FCEE, essa prestação de serviço está muito deficiente.

Destaco que normalmente as pessoas portadoras de deficiências ganham menos e gastam mais. E pelo fato de ganharem menos e o constrangimento de não conseguirem emprego, sobra menos dinheiro para eles mesmos buscarem uma cadeira simples com a qual consigam se autolocomoverem, o que dirá uma cadeira motorizada, com motor elétrico.

Então, infelizmente esse serviço ainda está ruim. E acredito que dessa conferência onde se coloca o poder público e os representantes da sociedade para discutir o que está sendo feito nessas áreas...

O deficiente tem direito a adquirir um carro especial sem ICMS, sem IPI, ou descontando parte desse imposto e ainda tendo o benefício do IPVA? Se conseguirmos esse benefício para pessoas com deficiência de locomoção, é claro que ficará mais fácil para ela comprar um carro especial e poder se locomover, fazer e participar das atividades sociais. Mas onde, no estado de Santa Catarina, existe um serviço oficial que o faça?

Comentei com o deputado José Nei Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que será uma das maiores comissões juntamente com a de Constituição e Justiça, que é por onde passam todos os projetos, bem como a de Finanças e Tributação.

Queremos implantar em todas as secretarias regionais, nas 36 pelo menos, senão em todas as cidades com mais de 30 mil, 40 mil habitantes, mas pelo menos uma em cada regional, para que lá houvesse uma equipe e que tivesse assistência às

pessoas com deficiência para poderem preencher o conjunto de documentos exigidos, a começar pelo atestado médico, o qual de cara ele já não consegue.

Na cidade de Brusque, onde conseguir o atestado médico para encaminhar o pedido de buscar o seu direito?

Portanto, acredito nessa conferência que acontece hoje no Hotel Praia Brava.

Então, hoje à noite, às 19h30, teremos a participação da sociedade justamente para fazer valer os direitos das pessoas, porque se tiverem acesso a esses direitos poderão ter uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, na semana passada estivemos reunidos na sede da diretoria da Unale, deputado Jailson Lima, inclusive para a próxima reunião quero desde já convidar v.exa., para que possamos tratar das ações para o ano de 2013, pois v.exa. tem muita contribuição a nos fornecer.

O que estamos tratando e quero desde já fazer uma conclamação para que possamos estar em maior número de parlamentares em Brasília, no próximo dia 4 de julho, uma quarta-feira, quando vamos levar à Presidência da República, ao presidente da Câmara, ao presidente do Senado, aos ministros de Planejamento e da Fazenda a nossa proposta concreta elaborada nesses quatro debates públicos que a Unale realizou no Brasil - em Rio Branco, no Acre, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em Vitória, no Espírito Santo, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, quando reunimos todos os elementos para construir a proposta que apresentaremos à Presidência da República no sentido de encaminhar já a renegociação da dívida dos estados.

Não dá mais, deputado Jailson Lima, para continuarmos com esse sangramento dos cofres públicos, a cada mês, por conta de uma dívida que foi arrolada em 1998, quando havia outra realidade

econômica no Brasil. Estávamos saindo de uma inflação de mais de 10% ao mês. Estávamos num processo de consolidação do Plano Real. E naturalmente naquele momento até entendemos o indexador, IGPDI, mais 6%, no caso de Santa Catarina.

Naquele momento econômico não tínhamos alternativas, não tínhamos outra forma de encaminhar a indexação daquela dívida. Só que os tempos mudaram, deputado Serafim Venzon. A própria remuneração da poupança teve mudanças em função do novo momento econômico que vive o Brasil. E precisamos agora que essa renegociação seja feita para que a União, no caso, não continue cobrando dos 27 estados juros escorchantes, porque é um absurdo o que se pratica. IGPDI mais 6% é algo que ninguém vai vencer pagar. Sem contar que a dívida cresce cada vez mais. Tanto é verdade isso que Santa Catarina que tinha em 1998 uma dívida de R\$ 4,3 bilhões, nesse período, pagou R\$ 7,6 e ainda deve R\$ 10 bilhões. É uma dívida que só cresce.

Santa Catarina teve um montante de R\$ 1 bilhão para investimentos, tudo que se investiu somou R\$ 1 bilhão, e a amortização da dívida tomou de nossos cofres R\$ 1,5 bilhão.

Então, veja que nesse ritmo vamos continuar pagando uma conta cada vez maior por uma dívida que infelizmente cresce, porque essa taxa que se pratica, tem que se reconhecer, foi imposta pelo FMI na época, portanto, era outro momento. E precisamos agora abrir esse processo de diálogo responsável e mudar essa realidade.

Entendemos, deputado Neodi Saretta, os esforços que a presidente Dilma Rousseff vem fazendo, tanto, deputado Jailson Lima, que na última semana ela demonstrou mais uma vez preocupação com essa situação dos estados, especialmente na compensação para os estados que foram atingidos pela Resolução n. 72 do Senado, como foi o caso de Santa Catarina, que vai fazer com que desapareçam dos nossos cofres no período de um ano aproximadamente R\$ 1 bilhão, por conta da retirada dos incentivos de exportação.

Essa compensação é momentânea, é passageira, não vai representar uma ação continuada. A ação continuada que precisamos, a ação ideal, é a reversão desse processo de concentração da receita nacional cada vez mais em Brasília. Tudo que se arrecada, 70% hoje, já se encontra nas mãos do governo central e sobram apenas 30% para repartir entre estados e municípios. Por isso, estamos vendo esse processo de sofrimento permanente dos estados e municípios que veem os seus orçamentos cada vez mais diminuídos por conta de responsabilidades e de ônus cada vez maiores.

O ideal é que se promova efetivamente a reforma tributária que vai resolver todo esse problema. Mas como essa reforma tributária vai demorar a chegar, precisamos já, agora, imediatamente, conter essa sangria, essa prática de juros excochantes que a união pratica contra estados e municípios, repito, uma herança que a presidente Dilma Rousseff recebeu. Mas espero que a sensibilidade que a presidente vem demonstrando possa fazer com que estados e municípios tenham essa sangria atada, para que possamos reverter esse dinheiro em investimentos, especialmente em educação, saúde e segurança, que tanto carecemos.

A nossa proposta concreta, deputado Serafim Venzon, é trocar o indexador de IGP-DI mais seis que se pratica hoje por IPCA, com no máximo 2% de juros ao ano, e reduzir o percentual de comprometimento da receita, que hoje é de 13%, para no máximo 9%. E se isso acontecer, teremos, deputado Jailson Lima, já no primeiro ano, R\$ 360 milhões no caixa de Santa Catarina, o que nos permitirá ampliar substancialmente a nossa capacidade de investimentos e de transferência voluntária para os 295 municípios do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Joares Ponticelli, queria primeiramente cumprimentá-lo por sua postura perante a Unale. Hoje, v.exa. é o presidente nacional da União

Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e abraça um tema muito importante.

Devemos enfatizar que não há por que cobrar juros elevados dos estados e municípios como se estava cobrando, porque não existe nenhuma perda, não existe como os estados e municípios ficarem inadimplentes com a união, porque ela automaticamente desconta do Fundo de Participação dos Estados ou do Fundo de Participação dos Municípios. Então, até esses juros de 2% é alto, porque a união não tem nenhuma perda.

Na verdade, essa forma que a união está tendo é mais uma maneira para arrecadar, ainda mais se, como v.exa. falou, 65% dos tributos hoje que são arrecadados pela união passam de 70%, 75%, por conta dessas outras cobranças que são feitas em cima das dívidas que foram negociadas e que à época tiveram seu valor, mas que agora têm que ser repensadas.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Serafim Venzon, pela sua manifestação. Quero também agradecer a v.exa. pela sua participação na nossa conferência e informar que já estamos tratando com o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, a vinda, por intermédio da Escola do Legislativo, do economista Ricardo Amorim, que nos motivou tanto naquela brilhante conferência que fez em Natal, e esperamos avançar nesse debate.

Não vou cansar de repetir, de abordar esse assunto, de conclamar os colegas, como parlamentar que sou e agora como presidente da Unale.

Iremos, a partir do dia 4, deputado Sargento Amauri Soares, iniciar esse processo constante de sensibilização do governo federal para fazer essa renegociação já, para salvar os estados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.